

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00008/2025- FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00008/2025-FMS, QUE FAZEM ENTRE SI O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL DO NORDESTE – IDCN

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO ALFREDO/PE, com sede no(a) Rua Dr. Severino Apúlio Cavalcanti, 589 - Boa Vista, na cidade de João Alfredo - PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.599.648/0001-80, neste ato representado(a) pela secretária, Sra Maria Giselda da Silva, portador(a) da Carteira de Identidade nº 8.754.569 SDS/PE, e CPF nº 100.644.404-19, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL DO NORDESTE – IDCN, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 08.653.578/0001-59 sediado (a) R CICERO CAVALCANTI DA SILVA, 34 - VILA DE CRUZES - PANELAS – PE, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) João Júnior de Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6.062.611 SDS/PE e CPF nº 036.863.194-03, tendo em vista o que consta no Processo nº00007/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 00001/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

O objeto do presente Termo é a Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de Saúde, preferencialmente sem fins lucrativos, especializadas na prestação de serviços de Saúde, para fornecimento de serviços complementares de saúde às Unidades de Saúde do município de JOÃO ALFREDO/PE, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Termo de Referência, podendo ser prorrogado sempre que houver interesse das partes, estando o presente Edital regido pela Lei Federal nº 14.133/22 e suas alterações, assim como outras legislações correlatas pertinentes a matéria.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Credenciamento, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1 Discriminação do objeto:





ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de Saúde, preferencialmente sem fins lucrativos, especializadas na prestação de serviços de Saúde, para fornecimento de serviços complementares às unidades do município de JOÃO ALFREDO/PE, por um período de 12 (doze) meses.	UND	1	11.043.064,32	11.043.064,32
VALOR TOTAL: (ONZE MILHÕES QUARENTA E TRÊS MIL SESENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)					11.043.064,32

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGENCIA.

2.2 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 17 de fevereiro de 2025 e encerramento em 17 de fevereiro de 2026, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 11.043.064,32 (ONZE MILHÕES QUARENTA E TRÊS MIL SESENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, na classificação abaixo:

SECRETARIA DE SAÚDE

órgão: 02.00 PODER EXECUTIVO

unidade: 02.19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

programa: 1030210022091- manutenção da unidade mista

programa: 1030110012087 - manutenção dos serviços APS

elemento de despesa: 33903900 outros serviços terceiros pessoa jurídica

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.



6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE.

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9 CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.2 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.3 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.4 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.5 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
12.6 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.7 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.9 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.10 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.10 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.11 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.12 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.13 Indenizações e multas.

12.14A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.15O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1 É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de

(81) 3648.1156 | contato@joaoalfredo.pe.gov.br

www.joaoalfredo.pe.gov.br | Av. 13 de Maio, nº 45

Boa Vista - 55720-000 - João Alfredo/PE

CNPJ: 11.097.359/0001-45



PREFEITURA DE
**JOÃO
ALFREDO**
CORAGEM PRA FAZER MAIS

Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1 É eleito o Foro da Comarca de JOÃO ALFREDO/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas)

vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Alfredo, 17 de fevereiro de 2025.

CONTRATANTE

MARIA GISELDA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

CONTRATADA

JOÃO JÚNIOR DE LIMA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
CENTRAL DO NORDESTE – IDCN